



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 491, 27 de novembro de 2014.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça

SELMA SAUERBRONN
Vice-Procurador-Geral de Justiça

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Corregedora-Geral de Justiça

JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO
Chefe de Gabinete do MPDFT

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Diretor-Geral do MPDFT



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR**

DECISÃO Nº 180, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 166, I, alíneas *a* e *c*, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o artigo 78 da Resolução nº 170/CSMPDFT, de 9 de maio de 2014, que dispõe acerca do regimento interno deste Colegiado,

CONSIDERANDO as manifestações exaradas por ocasião da 184ª Sessão Extraordinária, de 6 de novembro de 2014;

CONSIDERANDO o artigo 163 da Lei Complementar nº 75/93 que dispõe acerca da composição privativa deste Colegiado por membros Procuradores de Justiça;

CONSIDERANDO o artigo 175 da Lei Complementar nº 75/93, que designa os Procuradores de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a oficiarem junto ao Tribunal de Justiça; e

CONSIDERANDO a possibilidade de coincidência de calendários entre as sessões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

DECIDE que, na hipótese de convergência de datas entre as sessões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, será convocado o substituto legal do Conselheiro na Procuradoria de Justiça em que oficia para comparecimento ao Tribunal;

DECIDE, ainda, que na impossibilidade de comparecimento legalmente justificada do membro substituto, caberá ao Procurador-Geral de Justiça a designação compulsória de substituição do membro Conselheiro.

Original assinado
JOSÉ FIRMO REIS SOUB
Presidente do Conselho Superior em exercício



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 89/2014

Processo nº 08190.105835/14-09. Objeto: Pregão Eletrônico – Contratação de empresa concessionária/autorizada para a prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC nas modalidades linha direta (linhas analógicas), 0800 e 127, no âmbito do MPDFT. Total de itens licitados: 0002. Edital: 27/11/2014 de 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Ed. Sede do MPDFT, Sala 607, Brasília/DF. Entrega das Propostas: a partir de 27/11/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2014 às 14h site www.comprasnet.gov.br.

Ana Luisa Cardoso Zardim – Pregoeira MPDFT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1574 , DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

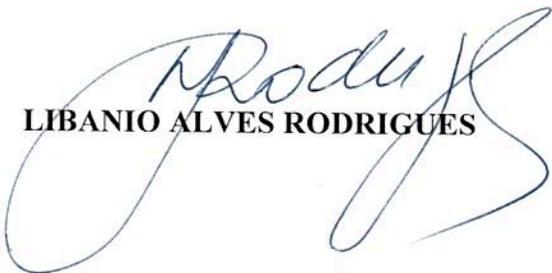
O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria Normativa nº 32/DG, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08190.120750/14-15,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor JOAO PEDRO FIGUEIRÓ FILHO, matrícula nº 1978-0, para exercer o encargo de GESTOR da NOTA DE EMPENHO nº 1149/2014.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


LIBANIO ALVES RODRIGUES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1575, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

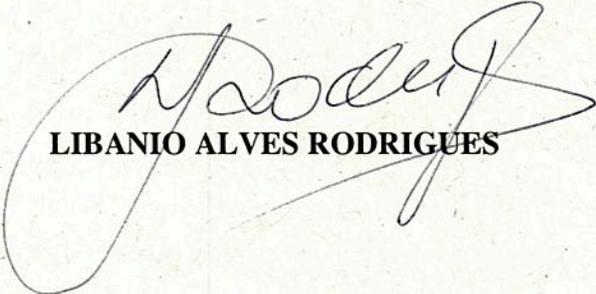
O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria Normativa nº 32/DG, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08191.017102/2014-80;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANA ROSA DE CARVALHO SANTOS**, Chefe da Seção de Apoio à Capacitação Externa, matrícula 3027, para exercer o encargo de **GESTORA** da **NOTA DE EMPENHO** nº 1175/2014, e o servidor **DIEGO FERREIRA DIAS**, Auxiliar Técnico da Seção de Apoio à Capacitação Externa, matrícula 4072, para exercer o encargo de **GESTOR SUBSTITUTO**.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


LIBANIO ALVES RODRIGUES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1576, de 25 de novembro de 2014.

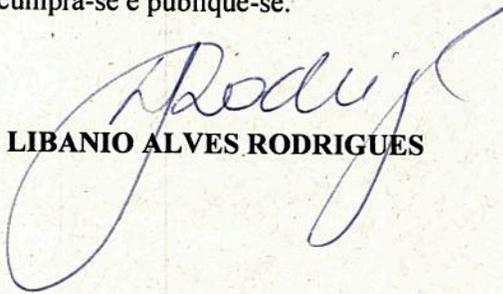
O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas no artigo 197, inciso IV, do RIMPDFT (Portaria Normativa nº 275/PGJ, de 11/10/2013) e na Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08190.142389/14-04.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor EMANUEL JOSÉ CORDEIRO SIMÕES, matrícula nº 1420, para exercer o encargo de GESTOR do Contrato nº 60/2014, firmado com ESPLANADA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS E MÓVEIS LTDA. - EPP, que tem por objeto o fornecimento e a instalação de divisórias modulares removíveis, compostas por placas e/ou vidros de saque frontal e estrutura em perfis de alumínio extrudado, para todas as unidades do MPDFT (Edifício Sede e Promotoria de Justiça de Ceilândia), e o servidor CLEITON MOREIRA BARROS, matrícula nº 3136, para exercer o encargo de GESTOR SUBSTITUTO.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


LIBANIO ALVES RODRIGUES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA NORMATIVA Nº 102 , DE 25 DE JUNHO DE 2014

**Regulamenta a utilização do Espaço Cultural do
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios,
Ágora - Espaço Cultural.**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 476/PGJ, de 15/6/2000, publicada no Diário Oficial da União de 16/6/2000,

CONSIDERANDO a inauguração da Etapa II do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a criação da Coordenadoria de Cerimonial e Eventos - CCEV, pela Portaria Normativa/PGJ nº 260, de 22 de abril de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de adaptação das normas relativas ao uso do Ágora – Espaço Cultural ao bom funcionamento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a utilização do **Ágora – Espaço Cultural**, localizado no mezanino da Etapa II do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º A utilização do **Ágora – Espaço Cultural** deverá alcançar pelo menos um dos seguintes objetivos:

- I. aproximar a sociedade do Ministério Público, facilitando a consolidação da imagem da instituição;
- II. apoiar, viabilizar e promover eventos e atividades intelectuais que privilegiem a cultura, o desenvolvimento social e a manifestação artística dos integrantes da instituição e da sociedade em geral;
- III. propiciar a integração entre as pessoas que trabalham no Ministério Público, bem



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

como aumentar a motivação, incentivar a produção de idéias e manifestações culturais;

IV. ampliar oportunidades e dar a conhecer ao público os projetos de trabalho e as atividades de artistas que estejam abrindo caminhos direcionados para a área social;

Art. 3º Para atingir os objetivos previstos no art. 2º desta Portaria, poderão ser realizados no **Ágora – Espaço Cultural**:

- I. eventos artísticos e culturais com assuntos relativos área de atuação do Ministério Público;
- II. exposições artísticas e documentais, individuais e coletivas, de telas, fotografias, painéis, esculturas, arte cibernética, eletrônica e outras obras de arte;
- III. lançamentos de livros e outras formas de manifestação artística, com temas gerais;
- IV. semanas temáticas com manifestações culturais relacionadas a temas importantes, datas comemorativas ou históricas;
- V. parcerias de cooperação com outros órgãos e instituições com objetivos assemelhados.

Art. 4º As propostas para exposições e mostras deverão conter:

- I. *curriculum vitae* do proponente;
- II. portfólio, com pelo menos cinco reproduções fotográficas ou xerográficas coloridas, dos trabalhos a ser expostos;
- III. identificação das obras: título, técnica, categoria, dimensões, valor estimado;
- IV. descrição sucinta dos procedimentos de instalação.

Parágrafo único. Para outros eventos o proponente deverá apresentar materiais específicos, que poderão ser cds, impressos ou outra forma de comunicação mais adequada ao evento.

Art. 5º O **Ágora – Espaço Cultural** será administrado pela Coordenadoria de Cerimonial e Eventos – CCEV.

Art. 6º Compete à CCEV na administração do **Ágora – Espaço Cultural**:

- I. supervisionar os eventos;
- II. fornecer à Coordenadoria de Comunicação as informações relativas aos eventos, a fim de subsidiar o trabalho de publicidade interna e externa destes;
- III. elaborar e controlar a agenda diária do espaço.

Art. 7º A utilização do **Ágora – Espaço Cultural** será restrita a eventos organizados ou supervisionados pela CCEV, que deverão ocorrer no horário de funcionamento do Ministério Público.

§ 1º Em caráter excepcional os eventos poderão ultrapassar o horário previsto no *caput*, bem



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

como ocorrer aos sábados, domingos e feriados, mediante autorização da Coordenadoria de Cerimonial e Eventos.

§ 2º A duração máxima dos eventos será de 20 (vinte) dias corridos.

Art. 8º A solicitação de uso do **Ágora – Espaço Cultural** deverá ser formalizada por meio de formulário específico, disponível na *intranet*, com antecedência mínima de cinco dias úteis da data de realização do evento. A utilização do Espaço fica condicionada à autorização da Coordenadoria de Cerimonial e Eventos, não bastando a simples solicitação de uso.

Art. 9º O expositor ou promotor do evento responsabilizar-se, independentemente de supervisão ou acompanhamento pela CCEV, pelos prejuízos de qualquer natureza que vier a causar ao patrimônio do Ministério Público ou terceiros, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigado a promover o ressarcimento dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

Parágrafo único. O expositor ou promotor será responsável por quaisquer encargos ou despesas que efetuar para a realização do evento, não transferindo para o Ministério Público a responsabilidade pela inadimplência.

Art. 10 Nas situações de interesse público, de alta relevância, caso fortuito ou de força maior, a CCEV poderá cancelar a autorização, comunicando imediatamente à parte interessada, sem gerar direito a indenizações.

Art. 11 Nos casos de cancelamento do evento ou de desistência da data, a unidade promotora deverá comunicar o fato imediatamente à CCEV formalmente.

Parágrafo único. A unidade promotora que não comunicar o cancelamento do evento ou a desistência da data não poderá utilizar o **Ágora – Espaço Cultural** por período a ser fixado pela CCEV.

Art. 12 A agenda do **Ágora – Espaço Cultural**, bem como as informações referentes à regulamentação e às normas de utilização, estarão disponíveis para todos na CCEV.

Art. 13 Será vedada à realização de eventos com cobrança de ingressos ou taxas de inscrição.

Art. 14 Não serão permitidas instalações elétricas ou hidráulicas, bem como montagem de projetos e *layouts* que requeiram furos ou colagens em teto, paredes, chão, vidros, mobiliário, remoção ou colocação de peças de mobiliário estantes, e nem movimentação de bens patrimoniais do local, sem análise e parecer prévios das unidades competentes e posterior autorização, por escrito, da CCEV.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Art. 15 Será vedada a utilização de equipamentos de som no **Ágora – Espaço Cultural** sem a prévia autorização da Coordenadoria de Cerimonial e Eventos, que avaliará a possibilidade do uso de acordo com a ocupação das salas de Treinamento que se localizam no mesmo andar.

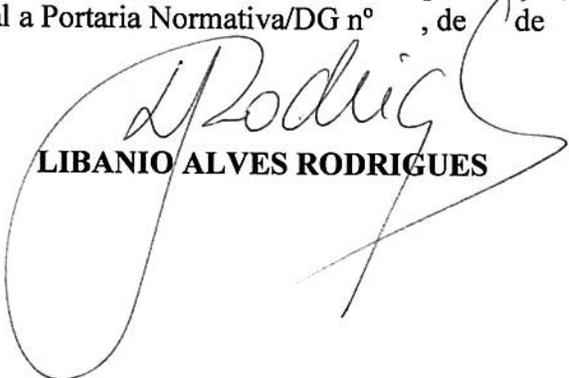
Art. 16 Serão realizadas duas vistorias após a autorização de uso do **Ágora – Espaço Cultural**, uma, antes da realização do evento e, outra, ao final, todas na presença do representante da unidade promotora e da CCEV.

Art. 17 O **Ágora – Espaço Cultural** poderá ser utilizado para *coffee breaks* ou coquetéis dos eventos que estejam sendo realizados no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com a autorização e supervisão da CCEV.

Art. 18 Compete à unidade responsável pela idealização do evento prover todo os recursos humano e material, inclusive de consumo, necessários para a realização do evento, cabendo a CCEV auxílio na montagem e desmontagem do evento, retirando todo o material, mobiliário e equipamentos utilizados, próprios ou de terceiros, bem como cabe à CCEV zelar pela correta utilização das dependências, mobiliários e equipamentos do Ministério Público, observando as normas internas que regulamentam a matéria.

Art. 19 Os casos omissos serão decididos pela Coordenadoria de Cerimonial e Eventos.

Art. 20 Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Normativa/DG nº , de de de 2013.


LIBANIO ALVES RODRIGUES

Sumário

Capa.....	p. 1
Conselho Superior.....	p. 2
Decisão Conselho Superior 180/2014.....	p. 2
Secretaria-Geral.....	p. 3
Aviso de Licitação 892014.....	p. 3
Portaria 1574/2014	p. 4
Portaria 1575/2014	p. 5
Portaria 1576/2014	p. 6
Portaria Normativa 102-14.....	p. 7
Sumário.....	p. 11